



# Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira

1

Quarta-feira • 24 de Fevereiro de 2021 • Ano IX • Nº 1186

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

## Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira publica:

- **Aviso Do Pregão Eletrônico Nº 005/2021** - Contratação de empresa para Locação de veículos e máquinas com e sem motorista, para atender as necessidades das Secretarias do Município de Muniz Ferreira.
- **Edital De Licitação Do Pregão Eletrônico Nº 005/2021** - Contratação de empresa para Locação de veículos e máquinas com e sem motorista, para atender as necessidades das Secretarias do Município de Muniz Ferreira.

**Imprensa Oficial. Tá aqui, tá legal.**

Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a gestão seja mais transparente. A Imprensa Oficial cumpre esse papel.

**Imprensa Oficial**  
a publicidade legal  
levada a sério

Gestor - Gileno Pereira dos Santos / Secretário - Governo / Editor - Ass. Comunicação  
Muniz Ferreira - BA

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: S8H0APXJZ6OPPMOM5NIGMQ

## Licitações

### **PREGÃO ELETRONICO Nº 005/2021**

A PREGOEIRA/PRESIDENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FERREIRA realizará licitação em 09/03/2021 às 08h:30min, Local Sítio: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Nº 858539 PREGÃO ELETRÔNICO n º 005/2021 Objeto: Contratação de empresa para Locação de veículos e máquinas com e sem motorista, para atender as necessidades das Secretarias do Município de Muniz Ferreira, na modalidade Pregão Eletrônico, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. O Edital encontra-se disponível no Portal da Transparência ([www.munizferreira.ba.gov.br](http://www.munizferreira.ba.gov.br) e no [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)). Informações podem ser obtidas pelo e-mail [munizferreiralicita@gmail.com](mailto:munizferreiralicita@gmail.com) ou pelo Tel. 075 3663-2113. Muniz Ferreira, 23 de fevereiro de 2021. Carine Barbosa Sampaio - Pregoeira/Presidente

**Edital**



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

**EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021**

**Objeto: Contratação de empresa para Locação de veículos e máquinas com e sem motorista, para atender as necessidades das Secretarias do Município de Muniz Ferreira, na modalidade Pregão Eletrônico, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos.**

**RECIBO DE CONHECIMENTO DE EDITAL  
(Devolução obrigatória no conhecimento do Edital)**

Razão Social: \_\_\_\_\_  
CNPJ Nº \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
Representante/Pessoa para Contato: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG N °: \_\_\_\_\_  
Obtivemos, através do endereço eletrônico [www.munizferreira.ba.gov.br](http://www.munizferreira.ba.gov.br) o Edital da Licitação do Município de Muniz Ferreira na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021**  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.  
\_\_\_\_\_  
Assinatura

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter departamento de Licitações, através do telefone: 75-3663-2113 ou por e-mail [munizferreiralicita@gmail.com](mailto:munizferreiralicita@gmail.com).

A não remessa do recibo exime a pregoeira da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Muniz Ferreira – BA, 23 de fevereiro de 2021.

Carine Barbosa Sampaio  
Pregoeira



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2021**

<b>PREÂMBULO DO EDITAL</b>	
<b>I. REGÊNCIA LEGAL</b> Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº. 6360, de 23/9/1976, Lei Complementar nº 123/06, Lei Federal nº 13.043, de 13/11/2014, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.507/2012, Decreto Federal nº 7892/2013, Decreto Municipal Regulamenta o Pregão nº 178, de 18/08/2009 e Decreto Municipal que regulamenta o Pregão Eletrônico 083 de 13/07/2020 Decreto Municipal 001 de 04/01/2021, (Equipe de Pregão).	
<b>II. ENTIDADE PROMOTORA/ÓRGÃO INTERESSADO/ SETOR FISCALIZADOR/CONTROLE SOCIAL</b> Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças; Secretaria de Educação e Cultura; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria de Municipal de Trabalho, Esporte e Ação Social; Secretaria Municipal Infraestrutura e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos.	
<b>III. MODALIDADE/FORMA/Nº DE ORDEM</b> Pregão Eletrônico Nº 005/2021	<b>IV. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.</b> 071/2021, 23 DE FEVEREIRO DE 2021
<b>IV. CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b> Menor Preço Por Lote	
<b>V. TIPO DE LICITAÇÃO</b> Menor Preço Por Lote	<b>VII. FORMA DE EXECUÇÃO</b> Parcelada
<b>VI. OBJETO</b> Constitui-se objeto desta licitação a <b>Contratação de empresa para Locação de veículos e máquinas com e sem motorista, para atender as necessidades das Secretarias do Município de Muniz Ferreira, na modalidade Pregão Eletrônico</b> , conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos.	
<b>VII. DATA INICIAL PARA O ENVIO DE PROPOSTAS E ABERTURA DAS PROPOSTAS</b> <b>DATA: 24/02/2021</b> , (Horário de Brasília/DF): <b>8h00min</b> <b>LIMITE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS</b> <b>DATA: 09/03/2021</b> , (Horário de Brasília/DF): <b>08h30min</b> <b>INÍCIO DA DISPUTA</b> <b>DATA: 09/03/2021</b> , (Horário de Brasília/DF): <b>10h00min</b> <b>ENDEREÇO ELETRÔNICO: <a href="http://www.licitacoes-e.com.br">www.licitacoes-e.com.br</a></b> <b>Local para Pesquisa do Edital e Anexos: <a href="http://www.munizferreira.ba.gov.br">www.munizferreira.ba.gov.br</a></b> (Acesso à Informação)	
<b>VIII. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b> Órgão / Unidade: 02/04/07/09/10/15/16 Atividade: 4002/4005/4006/2009/4008/2017/2059/4009/2026/1026/4013/2034 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 Fonte: 00/42/01/02/14/29	
<b>IX. LOCAL DA EXECUÇÃO</b> Os Serviços deverão ser executados no local indicado na Ordem de Serviços, conforme consta especificado no Edital e Anexos.	
<b>X. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO</b> 12 (doze) meses	<b>XI. VALOR DO EDITAL</b> Gratuito.
<b>XII - LOCAL, HORÁRIO E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL</b> As informações e esclarecimentos do objeto desta licitação serão prestados pela Pregoeira e sua equipe de apoio, diariamente, das 08h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, no Setor de Licitações, Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000 Muniz Ferreira – Bahia, pelo e-mail: <a href="mailto:munizferreiralicita@gmail.com">munizferreiralicita@gmail.com</a> ou pelo telfax (075) 3663-2113.	
<b>PREGOEIRA RESPONSÁVEL:</b> Carine Barbosa Sampaio <b>ATO DE NOMEAÇÃO:</b> Portaria Nº.005/2021 de 04 de janeiro de 2021	



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2021**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FERREIRA**, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local acima indicados, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com julgamento, com vistas na **Contratação de empresa para Locação de veículos e máquinas com e sem motorista, para atender as necessidades das Secretarias do Município de Muniz Ferreira, na modalidade Pregão Eletrônico**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus elementos constitutivos, observando os preceitos do direito público, em especial às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº. 6360, de 23/9/1976, Lei Complementar nº 123/06, Lei Federal nº 13.043, de 13/11/2014, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.507/2012, Decreto Federal nº 7892/2013, Decreto Municipal Regulamenta o Pregão nº 178, de 18/08/2009 e Decreto Municipal que regulamenta o Pregão Eletrônico 083 de 13/07/2020 Decreto Municipal 001 de 04/01/2021, (Equipe de Pregão).

#### **DATA INICIAL PARA O ENVIO DE PROPOSTAS E ABERTURA DAS PROPOSTAS**

**DATA: 24/02/2021**, (Horário de Brasília/DF): **8h00min**

#### **LIMITE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS**

**DATA: 09/03/2021**, (Horário de Brasília/DF): **08h30min**

#### **INÍCIO DA DISPUTA**

**DATA: 09/03/2021**, (Horário de Brasília/DF): **10h00min**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)**

Local para Pesquisa do Edital e Anexos: [www.munizferreira.ba.gov.br](http://www.munizferreira.ba.gov.br) (Acesso à Informação)

#### **I – DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto desta Licitação a Seleção das melhores Propostas de Preço, visando a **Contratação de empresa para Locação de veículos e máquinas com e sem motorista, para atender as necessidades das Secretarias do Município de Muniz Ferreira, na modalidade Pregão Eletrônico**, de acordo com as especificações e quantitativo constantes do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital, com fornecimento/execução do serviço realizado a partir do requerimento da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

1.2. O serviço licitado correspondente deverá ser prestado de forma parcelada, conforme demanda das Secretarias, cujo prazo de início da execução não deverá ultrapassar **05 (cinco) dias úteis** da solicitação da parte Contratante.

1.3. As empresas interessadas poderão participar da Licitação concorrendo ao Item, dentre os especificados no Anexo I a este instrumento convocatório.

1.4. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Sistema Eletrônico de Licitações do Banco do Brasil e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência - Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.

#### **SEÇÃO II - DA DESPESA**

A despesa decorrente desta Licitação será atendida com recursos do Município de Muniz Ferreira, consignadas nas Dotações informadas por oportunidade da Contratação.

Órgão / Unidade: 02/04/07/09/10/15/16

Atividade: 4002/4005/4006/2009/4008/2017/2059/4009/2026/1026/4013/2034



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00

Fonte: 00/42/01/02/14/29

### **SEÇÃO III- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

1. Poderão participar deste Pregão os interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema Eletrônico de Licitações do Banco do Brasil, por meio do sítio [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

2. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção “DA HABILITAÇÃO”.

2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3. Não poderão participar deste Pregão:

3.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

3.2. Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;

3.3. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município (art. 7º da Lei nº 10.520/02 ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III, da Lei nº 8.666/93);

3.4. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98;

3.5. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

3.6. Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

3.7. Empresas de que tenham proprietários, controladores ou diretores Vereadores (cfr. art. 54, II da Constituição e art. 61, inciso I, alínea a Lei Orgânica Municipal);

3.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

3.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

3.10. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.11. Empresa cujo sócio tenha vínculo de parentesco com servidor do órgão contratante (TCU - Acórdão 1019/2013- Plenário, TC 018.621/2009-7, relator Ministro Benjamin Zymler, 24.4.2013).

4. Só participarão da reabertura da sessão pública, prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”, os licitantes que informarem seus endereços eletrônicos em campo próprio disponibilizado pelo sistema, após a fase de aceitação, caracterizando renúncia a esta possibilidade a ausência de manifestação neste momento.

5. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

6. O Art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, que institui a Lei Geral da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, prevê que poderá ser excepcionada a regra do art. 47 e 48 da citada Lei Complementar, toda vez que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

13.1 A ampliação da disputa com a participação para entidades de grande porte representará maior economia para a Administração, garantindo melhores preços decorrentes da disputa para as secretarias, que possui escassos recursos.

13.2 No presente caso, basta a previsibilidade do prejuízo, não se exigindo certeza sobre a sua real dimensão, até porque esta somente seria passível de apuração ao final da execução do contrato, ou seja, quando o dano já estivesse consumado e pudesse ser avaliado em toda a sua extensão, o que, evidentemente, não teria sentido nenhum em termos de proteção ao erário e ao interesse público.

#### **SEÇÃO IV – DO TRATAMENTO DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS**

7. No caso de participação de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados, será observado o disposto na Lei Complementar nº 123/06, notadamente os seus arts. 42 a 49.

7.1. O enquadramento como microempresa – ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06.

7.2. No caso de participação de sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/07 e do



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

art. 3º, §4º, VI da Lei Complementar nº 123/06, a sociedade cooperativa receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06 às ME/EPP.

7.3. O empresário individual enquadrado nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06, às ME/EPP.

8. A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06 independe da habilitação da ME/EPP ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.

9. Os licitantes que se enquadrarem nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e não possuírem quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo citado, deverão apresentar declaração em campo próprio do sistema que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar (Art. 11 do Decreto nº 6.204/07).

9.1. Caso inexistente campo próprio no sistema eletrônico, a declaração deverá ser enviada a pregoira até a data e horário marcados para abertura da sessão.

10. A não apresentação da declaração de ME/EPP e equiparado importará na renúncia ao tratamento consagrado na Lei Complementar nº 123/06.

11. A identificação das ME/EPP ou equiparados na sessão pública do pregão eletrônico só deverá ocorrer após o encerramento dos lances, de modo a impedir a possibilidade de conluio ou fraude no procedimento.

#### **SEÇÃO V- DA HABILITAÇÃO**

12. Ressalvado o disposto no item 45.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

13. Para habilitação na licitação, exigir-se-á dos interessados documentação relativa a:

- 13.1. Habilitação Jurídica;
- 13.2. Qualificação econômico-financeira;
- 13.3. Regularidade fiscal e trabalhista;
- 13.4. Qualificação técnica e
- 13.5. Documentação complementar.

14. Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

14.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

14.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;





Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

14.3. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.4. Em caso de cooperativas:

- a) Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova dos responsáveis legais;
- b) Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver;
- c) Ata de Fundação;
- d) Estatuto Social com a ata da assembleia que o aprovou;
- e) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- f) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e
- g) Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

15. Documentos relativos à **qualificação econômico-financeira**:

15.1. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante pessoa jurídica ou empresário individual, com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

15.1.1. Na hipótese em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

15.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

15.2.1. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima):

- 1 - publicados em Diário Oficial; ou
- 2 - publicados em jornal de grande circulação; ou
- 3 - por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

b) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- 1 - por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- 2 - por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

c) sociedade criada no exercício em curso:

1 - fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

15.2.2. As empresas obrigadas por Lei a apresentarem ECD – Escrituração Contábil Digital, para satisfação da exigência do item 20.1. do Edital, deverão juntar o respectivo comprovante de transmissão ao SPED (Serviço Público de Escrituração Digital) e o conjunto completo de documentos transmitidos à Secretaria da Receita Federal e a Junta Comercial, através de Sistema de Escrituração Digital, a saber:

a) “Recibo de Entrega de Livro Digital”, documento que dispõe de identificação do arquivo (balanço e demonstrações) apresentados a Receita, sendo que o mesmo pode ser xd confirmado no site da Receita Federal sobre o número de autenticação/identificação;

b) Termo de abertura e encerramento do Livro (arquivo digital) apresentado;

c) Balanço Patrimonial.

15.2.3. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

15.2.4. A boa situação financeira será avaliada pelos Índices Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão apresentar o valor mínimo igual a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

15.2.5. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

15.2.6. Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

21.2.6.1 A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 01 (um) em quaisquer dos índices acima referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação, como dado objetivo de qualificação econômico-financeira.

15.2.7. Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

15.2.8. Os interessados que, por suas características próprias, estiverem legalmente desobrigados da apresentação de balanço para efeitos fiscais deverão firmar declaração nesse sentido e apresentar a documentação contábil que lhe for pertinente na forma da lei, devidamente assinada por contador responsável.

21.2.9 Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigido do MEI, ME ou EPP a apresentação de documentação relativa à qualificação econômico-financeira, de que trata o art. 31 da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme art. 29, da Lei Municipal n.º 010/2021.;

16. Documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista:**

16.1. Prova de inscrição do licitante no Cadastro Nacional de pessoa jurídica (CNPJ);

16.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.3. Prova de regularidade perante:

16.3.1. A Fazenda Federal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da Lei e com a Procuradoria da Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, **abrangendo inclusive as contribuições sociais**, de acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 02/10/2014;

16.3.2. As Fazendas Estadual e Municipal, ambas do domicílio ou sede do licitante.

16.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

16.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas.

17. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

18. As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 dias contados da data da abertura da sessão pública.

19. As ME/EPP e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/06).



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

19.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1º, da LC nº 123/06);

19.2. A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal;

19.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos da Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

20. Documentos relativos à **Qualificação Técnica**: será comprovada através dos seguintes documentos:

- a)** Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de 01(um) ou mais atestados, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- b)** Registro ou Inscrição de Profissional, indicado na letra D deste item, no Conselho Regional de Administração (CRA) e comprovação de sua regularidade perante o órgão **(Para os lotes 03; 04; 05 e 06)**
- c).** Certidão de Registro de Quitação de pessoa jurídica no Conselho Regional de Administração (CRA). **(Para os lotes 03; 04; 05 e 06)**
- d).** Possuir em seu quadro permanente na data do certame, no mínimo, um profissional de nível superior com formação em Administração, que seja responsável técnico da empresa, mediante apresentação de Certificado de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Administração que o vincule a empresa), comprovando, ainda, o seu vínculo de trabalho com a licitante. A comprovação de vínculo profissional será efetuada por meio da Apresentação da cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, ou ainda do contrato de trabalho, neste caso, com firma reconhecida da assinatura do CONTRATADO no referido contrato.
- e) Declaração da Licitante, devidamente assinada pelo responsável, declarando **se caso seja vencedora**, deverá apresentar no ato da assinatura do contrato, cópia autenticada dos seguintes documentos:

1. Carteira de Habilitação do Condutor – Categoria “D” conforme Art. 138, Inciso II do Código de Transito Brasileiro;



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

2. Comprovação de aprovação em curso especializado do condutor conforme Art. 138, Inciso V do Código de Transito Brasileiro;
3. Comprovação de não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ainda ser reincidente em infrações médias durante os 12 (doze) últimos meses conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro;
4. Comprovação de Inspeção semestral do veículo conforme Art. 136, Inciso II do Código de Transito Brasileiro;
5. Certificado de Registro do Veículo (CRV), conforme Art. 121 do Código de Transito Brasileiro;
6. Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) conforme Art. 130 do Código de Transito Brasileiro.

OBS: Não será admitida participação de cooperativas fornecedoras de mão de obra, mas apenas aquelas cujo serviços serão obrigatoriamente executado pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação;

f) Declaração da Licitante, devidamente assinada pelo responsável, declarando se caso seja vencedora manterá um escritório na sede da CONTRATANTE com um preposto responsável para atendimento de segunda a sexta no horário de expediente. (Para os lotes 01 e 03)

21. O licitante deverá declarar, conforme modelos sugeridos:
  - 21.1. que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital;
  - 21.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
  - 21.3. que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854/99;
  - 21.4. que a proposta foi elaborada de forma independente;
  - 21.5. o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.
22. A pessoa que assinar os documentos exigidos na documentação complementar prevista neste item deverá comprovar que detém poderes para agir em nome do licitante.
23. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

24. Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal, tributária e trabalhista emitidas pela internet, nos termos do art. 35 da Lei nº 10.522/02.

25. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

25.1. Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

25.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

25.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

25.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório ou por servidor qualificado da Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, designado para a Comissão Permanente de Licitações, Pregoeira ou Membro da Equipe de Apoio.

Constatado o atendimento às exigências previstas neste Edital, o licitante será declarado habilitado.

## **SEÇÃO VI – DO CREDENCIAMENTO**

26. O licitante deverá estar previamente credenciado no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

27. O credenciamento far-se-á mediante a atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverá informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

28. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

29. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura de Muniz Ferreira responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

30. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de descredenciamento do Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Muniz Ferreira.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

31. A perda ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

#### **SEÇÃO VII – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

32. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

33. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [munizferreiralicita@gmail.com](mailto:munizferreiralicita@gmail.com), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Lídio Pena, s/nº, Centro, Prédio da Prefeitura Municipal, Muniz Ferreira, Bahia.

33.1Caberá a pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

33.2Acolhida a impugnação será definida e publicada nova data para realização do certame.

34. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados a pregoeira até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

34.1A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos

35. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

35.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

35.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas e vincularão os participantes e a administração.

#### **SEÇÃO VIII – DA PROPOSTA**

36. O licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente** com os documentos da habilitação exigidos no edital, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

36.1.1Considerando que a Pregoeira não consegue ter acesso aos documentos anexados no sistema eletrônico de licitações antes de concluída a disputa do respectivo lote, o licitante deverá inserir as informações diretamente no sistema e anexar sua proposta, devendo a proposta de preços, em ambas as formas, está de forma detalhada, similar à especificação



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

do Termo de Referência descrevendo o bem ofertado, indicando, no que for aplicável, a marca, modelo, prazo de validade ou de garantia, quantidade e número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, bem como os valores unitários e totais dos itens.

36.1.2 A Proposta **não poderá conter** qualquer identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

36.1.3 No caso de divergência entre a especificação constante no site do Banco do Brasil e o Edital, prevalecerá a especificação constante no Edital.

36.1.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

36.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

36.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006

36.4 É facultado ao licitante cotar todos, alguns, ou somente um dos itens definidos no Anexo deste Edital.

37. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

38. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

39. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

39.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

40. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa a desclassificação da proposta.

41. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema.

42. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.





Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

43. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

OBS: Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

#### **SEÇÃO IX – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

44. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pela Pregoeira, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

45. A comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico, durante

46. **No pregão eletrônico, desde a sessão inicial de lances até o resultado final do certame, a pregoeira deverá sempre avisar previamente, via sistema (chat), a suspensão temporária dos trabalhos, bem como a data e o horário previstos de reabertura da sessão para o seu prosseguimento, em observância aos princípios da publicidade e da razoabilidade.** Acórdão 2842/2016-Plenário | Relator: BRUNO DANTAS

47. **É irregular a prática de atos da sessão pública do pregão eletrônico fora do horário de expediente, por ofender o princípio da razoabilidade** (art. 5º do Decreto 5.450/2005 e art. 2º da Lei 9.784/1999). Acórdão 592/2017-Plenário | Relator: ANA ARRAES

#### **SEÇÃO X – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

48. A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) Quando o licitante detentor do lance mais vantajoso for inabilitado, tiver sua amostra rejeitada, não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, ou, ainda, quando houver erro na aceitação do preço; e
- b) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública.
- c) Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta, na forma usual do sistema eletrônico.
- d) O licitante subsequente, sendo respeitada a ordem de classificação, e observadas as regras de desempate da Seção “DAS REGRAS GERAIS DE DESEMPATE”, será convocado tendo por base o próprio preço que ofereceu na sessão de lances;



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

- e) Deverá ser observado o direito de preferência previsto na Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS ME/EPP E EQUIPARADOS” deverá ser recalculado levando-se em consideração o lance apresentado pelo licitante subsequente;
- f) Existindo ME/EPP ou equiparado dentro do novo critério de preferência, prosseguir-se-á, normalmente, nos termos da Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS ME/EPP E EQUIPARADOS”;
- g) Finalizado o procedimento previsto na Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS ME/EPP E EQUIPARADOS”, ou inexistindo direito de preferência de ME/EPP ou equiparado, será realizada a negociação prevista na Seção “DA NEGOCIAÇÃO”;
- h) Declarado o vencedor, o procedimento deverá ser registrado em ata e abrir-se-á novo prazo recursal, nos termos da Seção “DOS RECURSOS”, prosseguindo-se, normalmente, com as demais fases previstas neste Edital.
- i) A convocação poderá ser feita pelo sistema e/ou pelo Diário Oficial.

#### **SEÇÃO XI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

49. Aberta a sessão, a pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

59.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

50. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

60. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

51. 10 sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

61.1 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

#### **SEÇÃO XII - DA FORMULAÇÃO DE LANCES (MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO)**

52. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

53. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

54. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

54.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

55. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

55.1.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

56. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

57. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

57.1. Cada um dos itens do presente Pregão será objeto de lances em separado pelo **valor global do Lote**.

57.2. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de desclassificação da proposta. (Instrução Normativa SLTI/MP nº 03/2013);

57.3. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 10,00 (dez reais), sob pena de desclassificação da proposta. (Instrução Normativa SLTI/MP nº 03/2013)

58. Quando for constatado o oferecimento de lances com variação insignificante, a Pregoeira poderá fixar valor mínimo, em reais, **não superior a 0,01% do valor estimado da contratação**, a ser admitido como variação entre um lance e outro.

59. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

59.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

60. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

61. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

62. Os lances apresentados serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

63. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

64. A pregoeira poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível a realização de eventual diligência.

64.1. Realizada a diligência, a pregoeira notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

#### **SEÇÃO XIII – DA DESCONEXÃO DA PREGOEIRA**

65. Se ocorrer a desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

66. No caso da desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação expressa do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

67. A Sessão Eletrônica poderá ser suspensa, após a comunicação expressa aos participantes no sítio [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

#### **SEÇÃO XIV – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS ME/EPP E EQUIPARADOS**

68. Todos os licitantes deverão permanecer conectados até que a Pregoeira possa verificar a ocorrência de um possível empate, pois, caso aconteça, serão tomadas as seguintes providências:

69. A ME/EPP ou equiparado considerado empatado e mais bem classificado deverá ser convocado, após o término dos lances, para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame em até 05 (cinco) minutos da convocação, sob pena de preclusão (Art. 45, inciso I c/c § 3º, da LC nº 123/06);

70. A ME/EPP ou equiparado acima indicado que efetivamente apresente nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, desde que em tempo hábil, e atenda as demais exigências previstas neste Edital, terá adjudicado em seu favor o objeto licitado (Art. 45, I, da LC nº 123/06).



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

71. Não ocorrendo contratação de ME/EPP ou equiparado na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME/EPP e equiparados remanescentes considerados empatados na ordem classificatória para o exercício do direito de ofertar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame (Art. 45, II, da LC nº 123/06).

72. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME/EPP e equiparados sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a melhor proposta ou lance mais vantajoso (Art. 44, §§ 1º e 2º, da LC nº 123/06).

73. O critério de empate (5%) deverá ser aferido segundo o preço obtido antes da negociação prevista na Seção “DA NEGOCIAÇÃO”.

74. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro. No caso de não haver lances e verificada equivalência dos valores constantes das propostas de ME/EPP e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

75. Somente se a contratação de ME/EPP ou equiparado que esteja dentro do critério de empate falhar é que o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora, atendidas as demais disposições deste Edital (§ 1º do art. 45 da LC nº 123/06).

76. O disposto nesta Seção somente será aplicável quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP ou equiparado (Art. 45, § 3º, da LC nº 123/06).

#### **SEÇÃO XV – DAS REGRAS GERAIS DE DESEMPATE**

77. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

78. Havendo eventual empate entre propostas ou lances após realizado o procedimento previsto na Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS ME/EPP E EQUIPARADOS”, restarem duas ou mais propostas em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência:

78.1. Sucessivamente, aos bens:

78.2. Produzidos no País;

78.3. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

78.4. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

79. 1por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

80. Na ausência das hipóteses de preferência acima enumeradas, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, pelo sistema eletrônico, vedado qualquer outro processo.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

#### **SEÇÃO XVI - DA NEGOCIAÇÃO**

90. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

90.1A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

90.2 No pregão, qualquer modificação na proposta tendente a alterar o teor das ofertas deve ocorrer na etapa de negociação, a qual deve ser realizada entre a pregoeira e o licitante por meio do sistema eletrônico (art. 24, §§ 8º e 9º, do Decreto 5.450/2005), tendo como finalidade a obtenção de preços melhores dos que os cotados na fase competitiva e, conseqüentemente, a proposta mais vantajosa para a Administração. Acórdão 834/2015-Plenário | Relator: BRUNO DANTAS.

#### **SEÇÃO XVII - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

91. A Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

92. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

93. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

94. O critério de julgamento será o de **menor preço global por lote.**

94.1 No Sistema Licitações-e do Banco do Brasil, a licitação do Menor preço Global por Lote é denominada por lote.

94. 2 Será desclassificada a proposta final que:

- a. Contenha vícios insanáveis ou ilegalidades;
- b. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Edital ou Termo de Referência;
- c. Apresentar preços finais superiores ao valor máximo estabelecido neste Edital;
- d. Apresentar preços que sejam manifestamente inexequíveis;
- e. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

95. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

96. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

97. É facultado a Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

98. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

99. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado, tais como as informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

100. A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira para orientar sua decisão. Caso o Órgão não possua, no seu quadro de pessoal, profissionais habilitados para emitirem parecer técnico, poderá ser formulado por pessoa física ou jurídica qualificada e contratada pela Administração.

101. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

102. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

103. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

104. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

105. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

106. No julgamento das propostas, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

107. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

#### **SEÇÃO XVIII – DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

108. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do produto e compatibilidade do preço, a pregoeira verificará, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

108.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

109. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de eventual matriz ou filial (cfr. Acórdão TCU nº 1.793/11) e de seu sócio majoritário (cfr. art. 12 da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário).

110. Constatada a existência de vedação à participação no certame, a pregoeira reputará o licitante inabilitado.

111. Ainda como condição prévia à habilitação, para os itens ou grupos de participação exclusiva para ME/EPP ou equiparados, ou na hipótese de exercício da prerrogativa de efetuar o lance de desempate previsto Lei Complementar nº 123/2006, a Pregoeira poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)), na seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente extrapola o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício.





Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

112. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, a Pregoeira indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

113. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio dos documentos encaminhados em conjunto com a apresentação da proposta, por meio do sistema.

**OBS: O LICITANTE DEVERÁ ANEXAR OS DOCUMENTOS EM FORMA DE ARQUIVO COMPATÍVEL COM O SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÃO. NÃO SERÁ ACEITA A INDICAÇÃO DE LINK OU QUALQUER OUTRO MEIO DIVERSO DO CARREGAMENTO DO ARQUIVO DIRETAMENTE NO SISTEMA.**

**2 - Este pregão eletrônico é regido pelo Decreto 10.024, assim os DOCUMENTOS de habilitação, EXIGIDOS NO EDITAL, devem ser ENVIADOS nesta plataforma durante a fase de envio de proposta. Para o envio dos documentos acesse o menu da licitação "Consultar lotes", "Incluir anexo lote".**

114. A verificação pela Pregoeira ou equipe de apoio, nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

115. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação **complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

116. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

117. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

118. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

119. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

120. Se o licitante não atender às exigências de habilitação, a Pregoeira procederá na forma prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

121. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as proposta forem desclassificadas, a pregoeira poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos ou de outras propostas, escoimados das causas referidas no ato de inabilitação ou de desclassificação.

#### **SEÇÃO XIX – DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO**

122. A proposta comercial, enviada exclusivamente pelo sistema, deverá conter os seguintes elementos:

- a) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
- b) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- c) A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- d) Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- e) Nome, endereço, CNPJ e Inscrição estadual/municipal;
- f) Número do processo e do pregão;
- g) Especificação de forma detalhada do objeto da presente licitação, em rigorosa conformidade com as especificações do Edital e seus Anexos, não se admitindo propostas alternativas.
- h) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- i) Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- j) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- k) A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- l) As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

126. A proposta de preços deverá ser apresentada juntamente com a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme Modelo constante no Edital.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

127. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado.

128. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira deverão também ser devidamente consularizados.

#### **SEÇÃO XX - DOS RECURSOS**

141. Declarado o vencedor, a Pregoeira abrirá prazo, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma **imediata e motivada**, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

**No pregão, eletrônico ou presencial, o juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve avaliar tão somente a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sem adentrar, antecipadamente, no mérito da questão.** Acórdão 602/2018-Plenário | Relator: VITAL DO RÊGO

142. Durante o prazo para manifestação da intenção de recorrer, os licitantes interessados poderão solicitar a Pregoeira o envio por meio eletrônico, preferencialmente, ou outro meio hábil, de acordo com os recursos disponíveis no órgão dos documentos de habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor do certame ou de qualquer outro documento dos autos.

143. Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

143.1 Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

143.1 no juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve ser avaliada tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação – TCU Ac. 520/2014-Plenário, item 9.5.1.

**144. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito**, ficando a Pregoeira autorizada a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

145. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

146. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

147. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

#### **SEÇÃO XXI – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

148.O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

149.Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

150.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para prestação de serviço pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de serviços em igualdade de condições.

#### **SEÇÃO XXII- DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

151.Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores/prestadores de serviços a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, procederem à assinatura do contrato, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso da prestação de serviços nas condições estabelecidas.

152.O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

153.A recusa injustificada de fornecedor/prestador de serviço classificado em assinar a ata dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.

154.É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

155.Serão registrado no contrato todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

156.Serão registrados no contrato os preços e quantitativos dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante mais bem classificado; segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

157.No momento da assinatura do contrato a Administração verificará se os licitantes mantêm as mesmas condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência da ata.

158. Constatada a irregularidade, quando o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente ou em qualquer outra hipótese de cancelamento, a Prefeitura Municipal poderá convocar o licitante subsequente na ordem de classificação para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

159Após a homologação da licitação, observará, entre outras, as seguintes condições:

160.Será incluído, no respectivo contrato, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

161.O registro a que se refere item anterior tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

#### **SEÇÃO XIII – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

162. O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

#### **SEÇÃO XXIV – DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO DO CONTRATO**

163. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da possibilidade de alterações dos contratos eventualmente firmados.

#### **SEÇÃO XXV – DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES/PRESTADORES DE SERVIÇOS**

165. A contratação com o fornecedor/prestador de serviço registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de (a) instrumento contratual; b) nota de empenho de despesa; c) autorização de compra; ou, d) especificar outro instrumento similar), conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

166.O órgão convocará o fornecedor com preço registrado na proposta, no prazo de 03 (três) dias úteis, (a) efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente; ou, b) assinar o Contrato, conforme for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

167.Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

168.Previamente à formalização de cada contratação, a Prefeitura Municipal realizará consulta da regularidade fiscal, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

Administrativa, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

169. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

170. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

171. As empresas a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pela empresa contratada, com a descrição dos bens a serem fornecidos e seus respectivos valores.

172. A subcontratação somente será autorizada mediante apresentação, pela empresa subcontratada, de toda a documentação de habilitação exigida neste Edital.

173. A empresa contratada é responsável pelos danos causados pela subcontratada à Administração ou a terceiros na execução do objeto subcontratado.

174. A empresa contratada compromete-se a substituir imediatamente a empresa subcontratada, na hipótese de extinção da subcontratação, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos.

175. Aplicam-se às empresas subcontratadas todas as restrições previstas neste edital.

176. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

177. Durante a vigência do contrato, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem durante sua vigência, de tudo dando ciência à Administração.

#### **SEÇÃO XXVI – DA GARANTIA DO CONTRATO**

178. Não será exigida garantia da execução do contrato, mas o CONTRATANTE poderá reter 5% (cinco por cento) de cada montante a pagar, para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pelo CONTRATADO, retenção esta que será paga ao CONTRATADO quando do último pagamento devido, deduzida, se for o caso, das multas, indenizações e ressarcimentos.

#### **SEÇÃO XXVII - DO INSTRUMENTO DO CONTRATO**

179. A contratação será formalizada através de contrato, quando for o caso.

#### **SEÇÃO XXIII – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

180.O contrato terá vigência de até 12 (doze) meses, observada a vigência do crédito orçamentário.

181.O prazo de vigência poderá ser aumentado ou reduzido ao prazo necessário para a entrega do bem, recebimento e pagamento, observados os limites legais.

#### **SEÇÃO XXIX - DO PREÇO**

182.Durante a vigência de cada contrato, os preços são fixos e irrevogáveis.

#### **SEÇÃO XXX - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

183.O contratado obriga-se a:

a) fornecer os bens/prestar os serviços de acordo com as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente da Administração;

b) zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;

c) comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do contrato;

d) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

e) Manter o serviço em funcionamento, substituindo o veículo em serviço por outro sempre que se fizer necessário

f) Manter o veículo com os requisitos exigidos pela legislação de trânsito, inclusive quanto a novas disposições que venham a ser editadas

**g) Manter escritório na sede da CONTRATANTE se porventura for domiciliada em outro Município de qualquer estado do Território Nacional, indicando o preposto responsável para atendimento de segunda a sexta no horário de expediente.(Para os lotes 01 e 03)**

h) No caso do veículo em serviço, apresentar algum defeito mecânico, a contratada deverá providenciar substituição imediata do mesmo para que não haja interrupção dos serviços

i) A contratada obriga-se a substituir os veículos quebrados ou defeituosos no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para a Contratante**, após a constatação do fato, a contar da comunicação efetuada pela contratante, providenciando imediatamente meios compatíveis para complementação do traslado interrompido.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

j) Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a contratante, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir;

l) Arcar com o pagamento e manutenção, peças, pneus, seguros, taxas, impostos, salários, encargos trabalhistas, sociais e outros que resultarem do fiel cumprimento dos serviços propostos, serão inteiramente de responsabilidade da empresa contratada.

m) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

n) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do contrato;

o) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato;

p) adimplir os serviços exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;

q) promover, por sua conta e risco, o transporte dos bens;

r) executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou norma exigida, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infraestrutura e equipe técnica necessária à sua execução;

s) trocar, às suas expensas, o bem que vier a ser recusado;

t) manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão de obra para execução completa e eficiente do transporte dos bens;

u) emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total.

#### **SEÇÃO XXXI- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

184.O Município de Muniz Ferreira obriga-se a:

a) Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.

b) fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura;

c) realizar o pagamento pela execução do contrato;





Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

d) proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial, condição indispensável para sua validade e eficácia, no prazo de 10 (dez) dias corridos da sua assinatura.

#### **SEÇÃO XXXII - DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- a) O início da prestação de serviços, objeto desta licitação se dará após a entrega da Ordem de Serviço à contratada;
- b) Os serviços licitados deverão ser prestado no município no endereço constante na ordem de serviço encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração, nesta cidade.
- c) O início da prestação de serviços, objeto desta licitação se dará após a entrega da Ordem de Serviço à contratada;
- d) A contratada deverá disponibilizar o veículo o veículo para o Município após a solicitação do setor responsável no prazo de **03 (três) dias úteis** a contar da data do recebimento da ordem de serviço.

#### **SEÇÃO XXXIII - DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO**

186.O contratado é responsável pelos danos causado à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

187.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### **SEÇÃO XXXIV- DO PAGAMENTO**

188.O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

189. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.

190.O pagamento será precedido de consulta da regularidade fiscal, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital.

191.1Na hipótese de irregularidade na condição fiscal, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos e rescisão do contrato.

192.Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

193.A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

194.O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

195.É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

196.Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

#### **SEÇÃO - XXXV - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

197.Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) não assinar o contrato, quando cabível;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) não mantiver a proposta;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) comportar-se de modo inidôneo;

198. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

199. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

- a. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - i. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
  - ii. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - iii. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - iv. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos;
- b. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- c. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- d. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- e. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666.
- f. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

200.O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora de 0,03% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;
- c) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;

201.A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

- a) Advertência por escrito em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 0,03% sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 10% (vinte por cento).
- b) Em caso de inexecução total, multa compensatória de até 10% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;

202. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

203. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.

204. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

205. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

206. A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

#### **SEÇÃO XXXVI - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

207. Constituem motivo para rescisão do contrato:



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

- a. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
- d. O atraso injustificado no início dos serviços;
- e. A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f. A subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;
- g. A subcontratação parcial do seu objeto, sem que haja prévia aquiescência da Administração, e autorização expressa no Edital ou contrato;
- h. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- i. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- j. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- k. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- l. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- m. Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- n. A supressão, por parte da Administração, das compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- o. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

p. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

q. A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais;

r. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

s. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

t. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

#### **SEÇÃO XXXVII -DA REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

208.A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

209.A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

#### **SEÇÃO XXXVIII - DA ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

210.A Administração, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular o procedimento quando eivado de vício insanável.

211.A anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

212.A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

213.A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dependam, ou seja, consequência do ato anulado.

214.Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

215.A nulidade do contrato administrativo opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

216.A nulidade do contrato não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

217.Nenhum ato será declarado nulo se do defeito não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

#### **SEÇÃO IX - DO FORO**

218.O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Muniz Ferreira, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **SEÇÃO XL - DISPOSIÇÕES FINAIS**

219.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

220.As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da prestação de serviço.

221.É facultada a Pregoeira ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **inclusive fixando prazo para resposta dos licitantes quando lhes for solicitada qualquer informação ou documento**, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da Sessão Pública.

222.Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

223.Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira.

#### **SEÇÃO XLI - DOS ANEXOS**

224.Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

- a) Termo de Referência – Anexo I;
- b) Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta – Anexo II;
- c) Modelo de Declaração de Enquadramento (Lei Complementar n.º 123/06) – Anexo III;
- d) Modelo de Procuração /Prática de Atos Concernentes ao Certame – Credenciamento-Anexo IV;



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

- e) Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação Anexo V;
- f) Modelo de Declaração de Plena Ciência e Concordância às condições editalícias – Anexo VI;
- g) Modelo de Declaração de Inexistência de Menor – Anexo VI;
- h) Minuta do Contrato- Anexo VII;
- i) Modelo de Proposta de Preços Anexo VIII;

Muniz Ferreira- BA, 23 de fevereiro de 2021.

Carine Barbosa Sampaio  
Pregoeira





Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2021**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO DA LICITAÇÃO**

1. Constitui objeto desta Licitação a Seleção das melhores Propostas de Preço para **Contratação de empresa para Locação de veículos e máquinas com e sem motorista, para atender as necessidades das Secretarias do Município de Muniz Ferreira**, de acordo com as especificações e quantitativos constantes do **Anexo I** (Termo de Referência) deste Edital.

**1. META FÍSICA**

2.1. Os itens que se pretende obter registro possuem as seguintes composições:

**LOTE 01**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UND	VALOR ESTIMADO UNITARIO	VALOR ESTIMADO MENSAL	VALOR ESTIMADO ANUAL
1	VEICULO POPULAR QUATRO PORTAS, COM CAPACIDADE PARA 4 PASSAGEIROS IGUAL OU SUPERIOR 1.0, COMBUSTÍVEL- GASOLINA/ÁLCOOL.COM AR CONDICIONADO. (SEM MOTORISTA) ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2015, PARA FICAR À DISPOSIÇÃO ININTERRUPTAMENTE (COMBUSTÍVEL LUBRIFICANTE E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATANTE)	5	UND	R\$ 3.300,00	R\$ 16.500,00	R\$ 198.000,00
2	VEICULO TIPO CAMINHAONETE MOTORIZAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 1.4, COMBUSTÍVEL GASOLINA/ÁLCOOL, CAPACIDADE PARA 2	5	UND	R\$ 3.750,00	R\$ 18.750,00	R\$ 225.000,00



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

	PASSAGEIRO (SEM MOTORISTA) ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2015, PARA FICAR À DISPOSIÇÃO ININTERRUPTAMENTE (COMBUSTÍVEL LUBRIFICANTE E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATANTE)					
3	VEICULO TIPO CAMINHONETE FURGÃO - MOTORIZAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 1.4, COMBUSTÍVEL GASOLINA/ÁLCOOL, CAPACIDADE PARA 2 PASSAGEIRO (SEM MOTORISTA) ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2015, PARA FICAR À DISPOSIÇÃO ININTERRUPTAMENTE (COMBUSTÍVEL LUBRIFICANTE E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATANTE)	1	UND	R\$ 3.750,00	R\$ 3.750,00	R\$ 45.000,00
4	VEICULO TIPO CAMINHONETE MOTORIZAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 3.2, COMBUSTÍVEL DIESEL, COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA E VIDROS ELÉTRICOS 4X4, AUTOMÁTICA, 0 KM, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS (SEM MOTORISTA)	1	UND	R\$ 8.267,00	R\$ 8.267,00	R\$ 99.204,00



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

	ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2020, PARA FICAR À DISPOSIÇÃO ININTERRUPTAMENTE (COMBUSTÍVEL LUBRIFICANTE E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATANTE)					
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 47.267,00</b>	<b>R\$ 567.204,00</b>

**Valor total do Lote 01 R\$ 567.204,00 (quinhentos e sessenta e sete mil duzentos e quatro reais)**

**LOTE 02**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UND	QUANT/VEICULOS	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL	VALOR ESTIMADO ANUAL
1	CAÇAMBA - COM CAPACIDADE MÍNIMA DA CAÇAMBA BASCULANTE DE 7M <sup>3</sup> , MOTOR A DIESEL ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2011, (COMBUSTÍVEL LUBRIFICANTE E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATANTE)	240	DIÁRIA	2	R\$ 322,00	R\$ 644,00	R\$ 154.560,00
2	CAÇAMBA - COM CAPACIDADE MÍNIMA DA CAÇAMBA BASCULANTE DE 15M <sup>3</sup> , MOTOR A DIESEL. ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2011, (COMBUSTÍVEL LUBRIFICANTE E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATANTE)	240	DIÁRIA	2	R\$ 537,00	R\$ 1.074,00	R\$ 257.760,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 859,00</b>	<b>R\$ 1.718,00</b>	<b>R\$ 412.320,00</b>

**Valor total do Lote 02 R\$ 412.320,00 (quatrocentos e doze mil, trezentos e vinte reais)**



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

**LOTE 03**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UND	QUANT/VEICULOS	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL	VALOR ESTIMADO ANUAL
1	CAMINHÃO - F350 IGUAL OU SUPERIOR C/ CARROCERIA DE MANDEIRA, MOTOR A DIESEL. COM MOTORISTA. ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2011, PARA FICAR À DISPOSIÇÃO ININTERRUPTAMENTE (COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTE E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATANTE)	12	MÊS	1	R\$ 5.283,00	R\$ 5.283,00	R\$ 63.396,00
TOTAL					R\$ 5.283,00	R\$ 5.283,00	R\$ 63.396,00

Valor total do Lote 03 R\$ 63.396,00 (sessenta e três mil trezentos e noventa e seis reais)

**LOTE 04**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UND	QUANT/VEICULOS	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL	VALOR ESTIMADO ANUAL
1	CAMINHÃO - PIPA, PARA TRANSPORTE DE ÁGUA POTÁVEL, CAPACIDADE 10.000 M³, MOTOR A DIESEL COM MOTORISTA. ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2011, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO -OPERADOR DA MAQUINA, MANUTENÇÃO, DESLOCAMENTO, ESTADIA E REFEIÇÕES DO OPERADOR DA MAQUINA FICAR NA	100	DIÁRIA	1	R\$ 378,00	R\$ 378,00	R\$ 37.800,00



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA -EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS SERAO RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA (COMBUSTÍVEL LUBRIFICANTE POR CONTA DA CONTRATANTE)							
TOTAL				R\$ 378,00	R\$ 378,00	R\$ 37.800,00	

**Valor total do Lote 04 R\$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais)**

**LOTE 05**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UND	QUANT /VEICULOS	VALOR ESTIMA DO UNITÁRIO	VALOR ESTIMA DO TOTAL	VALOR ESTIMADO ANUAL
1	RETRO ESCAVADEIRA - MOTOR A DIESEL 4X4 COM MOTORISTA/OPERADOR ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2011, EM PERFEITAS CONDICÕES DE FUNCIONAMENTO -OPERADOR DA MAQUINA,MANUTENÇÃO,DESLOCAMENTO,ESTADIA E REFEIÇÕES DO OPERADOR DA MAQUINA FICA NA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA -EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS SERAO RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA (COMBUSTÍVEL LUBRIFICANTE POR CONTA DA CONTRATANTE)	240	DIÁRIA	1	R\$ 479,00	R\$ 479,00	R\$ 114.960,00
TOTAL					R\$ 479,00	R\$ 479,00	R\$ 114.960



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

					,00
--	--	--	--	--	-----

**Valor total do Lote 05 R\$ 114.960,00 (cento e quatorze mil novecentos e sessenta reais)**

**LOTE 06**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UND	QUANT /VEICULOS	VALOR ESTIMADO DA HORA	VALOR ESTIMADO ANUAL
1	-ESCAVADEIRA HIDRAULICA SOBRE ESTEIRA -PESO OPERACIONAL NAO INFERIOR A 18.000KG E NAO SUPERIOR A 22.000 KG. -PROFUNDIDADE MAXIMA DE ESCAVACAO NAO INFERIOR A 4 METROS. -HORIMETRO ANALOGICO OU DIGITAL EM PERFEITAS CONDICOES DE FUNCIONAMENTO -OPERADOR DA MAQUINA, MANUTENCAO, DESLOCAMENTO, ESTADIA E REFEICOES DO OPERADOR DA MAQUINA FICA NA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA -EVENTUAIS DANOS A TERCEIROS SERAO RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA (COMBUSTÍVEL LUBRIFICANTE POR CONTA DA CONTRATANTE)	500	hora	1	R\$ 216,11	R\$ 108.055,00
<b>TOTAL</b>					R\$ 216,11	R\$ 108.055,00

**Valor total do Lote 06 R\$ 108.055,00 (cento e oito mil, cinquenta e cinco reais)**



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

**2.3. Local da Execução do Serviço:** Os serviços desta licitação elencados no item 1.1 deverão ser executados no local indicado na Ordem de Serviço.

2.3. A quantidade mínima a ser cotada para cada um dos itens é de 100%(cem por cento) das quantidades estimadas neste Termo de Referência.

2.9. Não serão aceitos nenhum preço unitário ou global, superiores ao médio estimado, constante no respectivo edital.

### **3- ESPECIFICAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS:**

#### **3.1.Quanto ao modelo:**

**3.1.1.** O proponente deverá elaborar a sua proposta de preços de acordo com as exigências constantes do **Anexo I –Termo de Referência**, em consonância com o modelo do **Anexo IV – Planilha de Quantitativos e Proposta de Preços**, expressando os valores em moeda nacional–Reais e centavos, em duas casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

**3.1.2.** A proposta de preços deverá ser apresentada juntamente com a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo constantes do Anexo II.

**3.1.3.** No caso de microempresas e empresas de pequeno porte interessadas na concessão de tratamento diferenciado assegurado pela Lei Complementar nº 123/2006, também deverá constar do envelope de proposta de preços a Declaração de Enquadramento (Lei Complementar nº 123/06) em consonância como Modelo do Anexo III.

**3.1.4. Também deverá constar do envelope de proposta de preços a Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às exigências de habilitação, conforme o modelo constante do Anexo IX.**

#### **3.2. Quanto ao Conteúdo da Proposta de Preço:**

**3.2.1.** No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessária são fiel cumprimento do objeto desta licitação, tais como: impostos, tributos, encargos e contribuições sociais, fiscais, para fiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente às especificações do objeto licitado.

**3.2.2.** A marca, o prazo de garantia, as características e, quando exigível, o modelo e a referência de cada um dos serviços ofertados deverão ser informados na proposta.

**3.2.3.** A marca indicada será uma só para cada item, sem possibilidade de substituição por qualquer outra.

**3.2.4.** Todas as características declaradas devem ser descritas pelos licitantes e comprovadas através de documentos de domínio público emitidos pelo fabricante, tais como: catálogos, manuais, fichas de especificação técnica ou páginas da internet impressas, onde o produto ou componente ofertado seja claramente descrito em forma visual e/ou escrita.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

3.2.5. Os materiais informativos utilizados para comprovar as especificações dos produtos cotados, que estejam impressos em idioma nacional, deverão ser apresentados com tradução para o português.

#### **4- DA DEMONSTRAÇÃO DO SERVIÇO**

4.2. Poderá ser exigido do licitante vencedora demonstração dos serviços executados, caso o Secretário de Transporte e Serviços Públicos, entenda necessário.

#### **5- OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS ESPECÍFICAS:**

5.1. Contratação como licitante vencedor obedecerá às condições do instrumento de contrato constante do **Anexo XI**, facultada a substituição, a critério da Administração, por instrumento equivalente, desde que presentes as condições do art.62, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2. Além das determinações contidas na minuta de contrato, bem como daquelas de correntes de leis, decretos e instruções, serão observadas, na contratação derivada deste instrumento convocatório, as seguintes Obrigações:

5.2.1. Executar os Serviços de acordo com as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente da Administração;

5.2.2. zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;

5.2.3. comunicar ao CONTRATANTE qualquer a normalidade que interfira no bom andamento do contrato;

5.2.4. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliar e que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos de correntes de paralisação ou interrupção do fornecimento/execução de serviços contratado(s), exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48(quarenta e oito) horas após a sua Ocorrência.

#### **6. JUSTIFICATIVAS**

6.1. Justifica-se a necessidade da prestação de serviços:

LOTE 01: ENTENDENDO, QUE AS SECRETARIAS NÃO DISPÕEM DE FROTA PRÓPRIA DE VEÍCULOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DIÁRIAS, A ADMINISTRAÇÃO RECORRE-SE A TERCEIRIZAÇÃO DESTES SERVIÇOS, POR MEIO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ONDE SE BUSQUE UMA PROPOSTA QUE MELHOR ATENDA ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, DESTRO DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEGURANÇA DE SEUS USUÁRIOS.





Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

LOTES 02; 03; 04; 05; 06: SABENDO QUE COMPETE A SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE; SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO; SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, A FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLITICA DE LIMPEZA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE MUNIZ FERREIRA, GARANTINDO A POPULAÇÃO O ACESSO AOS SERVIÇOS DE LIMPEZA EM CONDIÇÕES ADEQUADAS, FAZ-SE NECESSÁRIO POR SE TRATAR DE ÁREAS PUBLICAS, ONDE DEVEM SER MANTIDAS AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, COMO TAMBEM SE PREOCUPA EM DAR DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA. O TRABALHO DA SECRETARIA É REALIZADO EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCIPIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MINIMIZANDO OS EFEITOS AMBIENTAIS NEGATIVOS MAXIMIZANDO OS BENEFÍCIOS AMBIENTAIS SOCIAIS E ECONÔMICOS PARA O MUNICÍPIO. ALÉM DE UMA CIDADE MAIS BONITA, TRAZ REFLEXOS DIRETOS PARA A SAÚDE PÚBLICA E PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. O RESULTADO É MAIS QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS. CONSIDERANDO QUE O QUANTITATIVO DE VEÍCULO QUE ATENDE A ESTA SECRETARIA NÃO É SUFICIENTE PARA ATENDER TODAS AÇÕES E OUTRAS DEMANDAS DA MESMA, ASSIM SENDO SOLICITAMOS A CONTRATAÇÃO DO OBJETO.

**6.2.** A execução do serviço licitado deverá ocorrer imediatamente após o envio ao Contratado da Ordem de Serviço, no prazo de até **48 (quarenta e oito) horas** a partir do recebimento da autorização, com vistas a não provocar atrasos no funcionamento das atividades dos programas municipais.

**6.3.** Justifica – se a não utilização do pregão eletrônico, em razão dos serviços licitados exigirem contratações frequentes que são remunerados por diária, além disso, não é possível definir previamente os quantitativos a ser demandado pela Administração Municipal, bem como, executados em até **48 (quarenta e oito) horas**, por esta razão, o pregão realizado de forma eletrônica participando empresas localizadas em todo o território nacional, a administração pública poderia não contratar uma proposta mais vantajosa.

## **7 - DO PREPOSTO**

7.1. O Contratado deverá manter preposto aceito pela Prefeitura Municipal, durante o período de vigência do contrato, para representá-lo administrativamente, sempre que for necessário.

7.2. O preposto deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o seu nome completo, número de CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

7.3. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, tão logo seja firmado o contrato, para assinar, com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, e tratar dos demais assuntos pertinentes à execução do contrato, relativos à sua competência.

7.4. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

## **8-DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

8.1. Para solicitação dos serviços proceder-se-á da seguinte forma, de acordo com as necessidades e conveniências do Contratante:

a) o Contratado executará os serviços mediante a apresentação da “Ordem de Serviço”, conforme modelo previamente apresentado pelo Contratante e acordado pelas partes, devidamente datada e assinada por funcionário autorizado da Prefeitura Municipal;

b) a “Ordem de Serviço” deverá ser devidamente preenchida com as informações relativas a execução solicitada e assinadas por funcionário do posto que executar a prestação de serviços.

8.2. O material será recusado no caso de especificações fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição ou a presença de outras substâncias, em percentuais além dos autorizados em sua composição.

8.3. O material recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento pelo Contratado da formalização da recusa pelo Contratante, arcando o Contratado com os custos dessa operação, inclusive os de reparação.

8.4. Para a locação da máquina, deverá ser especificados os quantitativos a serem executados, no preenchimento da requisição da Secretaria de Serviços Públicos, bem como fornecer o devido comprovante de atesto do serviço.

8.5. Não será admitida recusa de execução de serviços em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada.

8.6. Em caso de panes, casos fortuitos ou de força maior, o CONTRATADO deverá providenciar alternativas de execução nas mesmas condições acordadas, no prazo máximo de 03 (três) dias, após o recebimento da formalização de descontinuidade dos serviços emitida pelo CONTRATANTE, sob pena de sofrer as sanções previstas no contrato.

## **9 - DO PREÇO**

9.1. O preço unitário considerado para alocação da máquina será o preço por hora ofertado na proposta vencedora.

9.2. No preço contratado já se encontram computados todos os impostos, tarifas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando o Contratante de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

9.3. Os preços dos serviços são fixos e irrevogáveis durante o transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta.

9.3.1. Transcorridos 12 (doze) meses da contratação e, caso haja prorrogação do contrato, os preços poderão ser reajustados, tendo por base a data da apresentação da proposta, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

9.3.2. Para a efetiva aplicação do reajuste, previsto no item acima, a licitante vencedora deverá apresentar sua solicitação por escrito, contendo os demonstrativos e seus comprovantes, para análise e negociação a Prefeitura Municipal.

#### **10 - VIGÊNCIA**

10.1. A vigência do contrato terá validade de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, disponível no endereço [www.munizferreira.ba.io.org.br](http://www.munizferreira.ba.io.org.br), tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

#### **11 - UNIDADE FISCALIZADORA**

11.1. A Fiscalização do cumprimento do Contrato caberá a Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, por servidor especificamente designado para este fim.

#### **12 - DO PAGAMENTO**

12.1. O Pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da execução dos serviços, por meio de ordem bancária (depósito ou transferência eletrônica) na conta corrente do licitante vencedor, mediante a apresentação de Nota Fiscal e/ou Fatura correspondente, devidamente atestada pelo Órgão de Competente.

12.2. Como condição para recebimento de cada pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade fiscal com o INSS e FGTS.

#### **13 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. A CONTRATADA é obrigada a conduzir os trabalhos inerentes à prestação dos serviços, objeto deste Contrato, de acordo com as normas técnicas da ABNT, em estreita observância às legislações federal, estadual e municipal, bem como, a quaisquer ordens ou determinação do Poder Público, procurando – dentro do possível – conduzir os serviços e o pessoal de modo a formar, perante o público, uma boa imagem da CONTRATANTE e da própria CONTRATADA.

#### **14- MÉTODO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS**

14.1. Os valores estimados da contratação foi apurado em pesquisas em empresas da região e não foi encontrado no Banco Preço.

14.2. O Setor Responsável pela cotação, foi a Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, que o fez através do Sra. Lindiane Brandão Oliveira Azevedo.

Muniz Ferreira, 23 de fevereiro de 2021

Marcos André dos Santos Lima  
Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante) para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1. a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
3. que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;
4. que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;
5. que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
6. que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

local, data

Razão Social

CNPJ

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2021**

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (LEI COMPLEMENTAR N.º 123/06)

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (LEI COMPLEMENTAR n.º 123/06)  
(Exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante) para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar n.º 123/06 e para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaramos:

( ) que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição **de microempresa** e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar n.º 123/06.**

Ou

( ) que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição **de empresa de pequeno porte** e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar n.º 123/06.**

local, data

Razão Social

CNPJ

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2021**

ANEXO IV

**MODELO DE PROCURAÇÃO PARA PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME  
CREDENCIAMENTO**

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) ..... (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela ....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à ....., nº ..... como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Razão Social

**CNPJ**

**(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).**



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2021**

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), em cumprimento do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e em face do quanto disposto no art. 96 e no art. 87, inciso IV do mesmo diploma, declaramos:

( ) o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação.

ou

(exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06]

( ) o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, ressalvada, na forma do §1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, a existência de restrição fiscal.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Razão Social

**CNPJ**

**(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)**



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2021**

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

- ( ) nem menor de 16 anos.  
( ) nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Razão Social

**CNPJ**

**(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).**





Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2021**

ANEXO VII

**MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MUNIZ FERREIRA E \_\_\_\_\_, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PARA ATENDER FUTURAS E EVENTUAIS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MUNIZ FERREIRA.**

**O MUNICÍPIO DE MUNIZ FERREIRA**, pessoa jurídica de direito interno, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede administrativa na Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000 Muniz Ferreira – Bahia, por seu Prefeito **Gileno Pereira dos Santos** inserir nacionalidade, estado civil e profissão], portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF (MF) nº \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida [inserir endereço completo], representada pelo seu [inserir cargo], Senhor(a) [inserir nome completo, nacionalidade, estado civil e profissão], portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF (MF) nº \_\_\_\_\_, de acordo com a representação legal que lhe outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], doravante denominado CONTRATADO com base no Edital do Pregão Eletrônico nº. 005/2021 e todas as disposições da Lei nº 10.520/02 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento, instruído no Processo Administrativo nº 071/2021, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1.O presente contrato tem como objeto a **Contratação de empresa para Locação de veículos e máquinas com e sem motorista, para atender as necessidades das Secretarias do Município de Muniz Ferreira**, descritas no(s) item(ns) especificados na Tabela prevista na Cláusula Segunda deste Contrato, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº. 005/2021 e na planilha abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR**

2.1. O valor total estimado deste contrato é de R\$ \_\_(\_\_), conforme tabela a seguir:

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

3.1. A despesa orçamentária decorrente da execução deste contrato correrá à conta das dotações<sup>1</sup> vigentes, especificadas no Contrato decorrente desta licitação, a saber:

Órgão / Unidade: 02/04/07/09/10/15/16

Atividade: 4002/4005/4006/2009/4008/2017/2059/4009/2026/1026/4013/2034

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00

Fonte: 00/42/01/02/14/29

3.2. A despesa para o exercício subsequente, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento da finalidade, a ser consignada aos Órgãos Interessados da Prefeitura Municipal pela Lei Orçamentária Anual.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO**

4.1. O início da execução deverá ocorrer imediatamente após a assinatura do contrato, no prazo especificado na Autorização de Serviço.

4.2. Os serviços licitados deverão ser executados de forma parcelada, conforme demanda das Secretarias Municipais de Planejamento, Administração e Finanças, cujo prazo não deverá ultrapassar **05 (cinco) dias úteis** da solicitação do Setor de Compras da Unidade.

4.3. Em caso de urgência justificada, poderá ser autorizado a execução do serviço mediante contato telefônico pelo responsável identificado pelo CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO**

5.1. Para prestação de serviço proceder-se-á da seguinte forma, de acordo com as necessidades e conveniências do Contratante:

a) o serviço será realizado diretamente pelo Contratado, no endereço indicado pela Prefeitura Municipal;

b) o serviço será realizado, preferencialmente, dentro do horário expediente do órgão, ressalvado o caso de solicitações para serviços específicos que poderá se dar a qualquer horário do dia ou noite.

c) o CONTRATADO executará os serviços mediante a apresentação da “Autorização de Serviço”, conforme modelo previamente apresentado pelo CONTRATANTE e acordado pelas partes, devidamente datada e assinada por funcionário autorizado da Prefeitura Municipal;

d) a “Autorização de Serviço” deverá ser devidamente preenchida com as informações necessárias à execução e assinadas por funcionário da Contratada que executar o serviço.

5.2. O serviço recusado deverá ser feito no prazo máximo de 01 (uma) hora, contado a partir do recebimento pelo CONTRATADO da formalização da recusa pelo CONTRATANTE, arcando o CONTRATADO com os custos dessa operação, inclusive os de reparação.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

5.3. Para a prestação de serviços, deverão ser especificados os quantitativos, locais, horários onde deverá ser cumprido na Autorização de Serviço.

5.5. Não será admitida recusa de serviço em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada.

5.6. Em caso de panes, casos fortuitos ou de força maior, o CONTRATADO deverá providenciar alternativas de abastecimento nas mesmas condições acordadas, no prazo máximo de 01 (um) dia, após o recebimento da formalização de descontinuidade dos serviços emitida pelo CONTRATANTE, sob pena de sofrer as sanções previstas no contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA- DA VIGÊNCIA**

6.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12(doze) meses, contado da data da sua assinatura, para a execução dos serviços especificados na Cláusula Primeira deste Contrato, excluídos o dia do começo e incluído o do vencimento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DAS PARTES**

7.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. O CONTRATADO deve:

- a) fornecer os bens/prestar os serviços de acordo com as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente da Administração;
- b) zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- c) comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do contrato;
- d) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- e) Manter o serviço em funcionamento, substituindo o veículo em serviço por outro sempre que se fizer necessário
- f) Manter o veículo com os requisitos exigidos pela legislação de trânsito, inclusive quanto a novas disposições que venham a ser editadas



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

**g) Manter escritório na sede da CONTRATANTE se porventura for domiciliada em outro Município de qualquer estado do Território Nacional, indicando o preposto responsável para atendimento de segunda a sexta no horário de expediente. (Para os lotes 01 e 03)**

h) No caso do veículo em serviço, apresentar algum defeito mecânico, a contratada deverá providenciar substituição imediata do mesmo para que não haja interrupção dos serviços

i) A contratada obriga-se a substituir os veículos quebrados ou defeituosos no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para a Contratante**, após a constatação do fato, a contar da comunicação efetuada pela contratante, providenciando imediatamente meios compatíveis para complementação do traslado interrompido.

j) Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a contratante, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir;

l) Arcar com o pagamento e manutenção, peças, pneus, seguros, taxas, impostos, salários, encargos trabalhistas, sociais e outros que resultarem do fiel cumprimento dos serviços propostos, serão inteiramente de responsabilidade da empresa contratada.

m) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

n) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do contrato;

o) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato;

p) adimplir os serviços exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;

q) promover, por sua conta e risco, o transporte dos bens;

r) executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou norma exigida, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infraestrutura e equipe técnica necessária à sua execução;

s) trocar, às suas expensas, o bem que vier a ser recusado;

t) manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão de obra para execução completa e eficiente do transporte dos bens;

u) emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

- v) +cumprir outras exigências constantes do edital do Pregão Eletrônico nº. 005/2021 ao qual está vinculado.

7.3. São expressamente vedadas ao CONTRATADO:

- a) a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do contratante;
- b) a subcontratação para a execução do objeto deste contrato.
- c) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato.

7.4. O CONTRATANTE deve:

- a) prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- b) solicitar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto contratado;
- c) solicitar a prestação de serviços constantes do objeto deste contrato mediante a expedição de Autorização de Serviço;
- d) notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.
- e) designar servidores do CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- f) observar as obrigações relativas ao CONTRATANTE, previstas no Anexo I - Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº. 005/2021.

**CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

8.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou por representante do CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

8.2. Durante a vigência deste contrato, o CONTRATADO deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-lo sempre que for necessário.

8.3. A atestação de conformidade da execução do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

8.4. A fiscalização dos serviços de que trata este ato licitatório será exercida pelo Executor do Contrato, designado pelo Órgão Gerenciador.

**CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

9.1. Não será exigida garantia da execução do contrato, mas o CONTRATANTE poderá reter 5% (cinco por cento) de cada montante a pagar, para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pelo CONTRATADO, retenção esta que será paga ao CONTRATADO quando do último pagamento devido, deduzida, se for o caso, das multas, indenizações e ressarcimentos.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir de sua regularização por parte da CONTRATADA.

10.3. A CONTRATADA deve apresentar, nota fiscal/fatura relativa à execução de serviço do mês anterior, em 02 (duas) vias, emitidas e entregues na Tesouraria da Prefeitura Municipal, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada, das seguintes comprovações:

- a) Regularidade junto à Fazenda Federal;
- b) Regularidade junto ao FGTS-CRF;
- c) Regularidade Trabalhista (CNDT);

10.4. A nota fiscal/fatura não deverá conter arredondamentos de valores. Quando o resultado da operação final apresentar 03 (três) casas decimais ou mais, deverão ser eliminadas as casas decimais a partir da terceira, considerando para valores em centavos, apenas as duas primeiras casas decimais. Essa operação deverá ser efetuada no valor final por tipo de produto.

10.5. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à Contratada pela Fiscalização e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

10.6. O Contratante não fica obrigado a tomar os produtos na totalidade do valor e das quantidades estimados para a contratação, realizando o pagamento de acordo com o serviço efetivamente prestado.

10.7. O Contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste contrato.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO, DA REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS**

11.1. O preço unitário considerado para a execução do serviço será o preço ofertado na proposta vencedora.

11.2. No preço contratado já se encontram computados todos os impostos, tarifas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando o CONTRATANTE de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

11.3. Os preços dos serviços são fixos e irrevogáveis durante o transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, admitindo-se a revisão e o reajuste na forma da Lei e deste Edital.

11.3.1. Transcorridos 12 (doze) meses da contratação e, caso haja prorrogação do contrato, os preços poderão ser reajustados, tendo por base a data da apresentação da proposta, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE.

11.4. Para a efetiva aplicação do reajuste, previsto no item acima, a licitante vencedora deverá apresentar sua solicitação por escrito, contendo os demonstrativos e seus comprovantes, para análise e negociação a Prefeitura Municipal.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

11.5. A revisão de preços dependerá de requerimento do interessado quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

11.6. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore.

11.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = \mathbf{0,00016438}$$

**Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

12.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

12.2. O CONTRATADO ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

13.1. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei n.º 8.666/93.

13.2. No caso de rescisão provocada por inadimplemento do contratado, o contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

13.3. Quando a rescisão ocorrer nas hipóteses dos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados.

13.4. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES**

14.1. O CONTRATADO será punido com o impedimento de licitar e contratar com o Município e ser excluído no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

1. apresentação de documentação falsa;
2. retardamento da execução do objeto;
3. falhar na execução do contrato;
4. fraudar na execução do contrato;
5. comportamento inidôneo;
6. declaração falsa;
7. fraude fiscal.

14.2. Para os fins do item 5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

14.3. Para condutas descritas nos itens 1, 4, 5, 6 e 7 será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor estimado do contrato.

14.4. Para os fins dos itens 2 e 3, será aplicada multa será aplicada multa nas seguintes condições:

- a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre 1/12 (um doze avos) do valor do contrato em caso de atraso injustificado na execução, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,3% (três décimos por cento) sobre 1/12 (um doze avos) do valor do contrato por ocorrência de descumprimento das obrigações assumidas;
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea “a” ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- d) 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

14.5. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO.

14.5. Se o valor a ser pago ao CONTRATADO não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

14.7. Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.





Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

14.8. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

14.9. Caso o valor reservado por força do item 10.1. da Cláusula Décima deste Contrato seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dias) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.

14.10. Após o trigésimo dia de atraso, o CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, caracterizando-se a inexecução total do seu objeto.

14.11. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

15. O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula-se ao edital e anexos do Pregão Eletrônico nº. 005/2021, constante do Processo Administrativo nº 071/2021, bem como à proposta do CONTRATADO.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

16. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro Comarca de Nazaré, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes da parte, CONTRATANTE e CONTRATADO, e pelas testemunhas abaixo.

Muniz Ferreira - BA, em [data].

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FERREIRA**

**Gileno Pereira dos Santos**

Prefeito Municipal

**[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]**

**Representante legal: [nome completo]**

CI: [número e órgão emissor]

CPF: [número]

Instrumento de outorga de poderes: [procuração/contrato social/estatuto social]

**TESTEMUNHAS:**

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

ANEXO VIII

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2021**

A  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2021  
Objeto:  
Abertura dos envelopes:  
Horário:

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento/execução do serviço do objeto de que trata o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2021**, conforme especificação constante do Termo de Referência deste Edital.

Os prazos para cumprimento dos objeto são os que se seguem:

- a)** prazo de validade da proposta: ..... (.....) dias;  
**b)** prazo para fornecimento/execução do serviço: ..... (.....) dias.

**Observação:** atentar para os prazos previstos no edital.

Para tanto, nos propomos a fornecer os materiais licitados pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ).

Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: \_\_\_\_\_;  
b) CNPJ n.º: \_\_\_\_\_;  
c) Endereço Completo: \_\_\_\_\_;  
d) Fone: \_\_\_\_\_;  
e) Fax (se houver): \_\_\_\_\_;  
f) E-mail: \_\_\_\_\_;  
g) Conta Bancária/Agência/Banco: \_\_\_\_\_.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo(do representante legal)

**Observação:** emitir em papel que identifique a licitante.



Governo Municipal  
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira  
CNPJ: 13.796.461/0001-64  
Praça ACM Junior, nº 168, Centro – CEP 44.575-000  
Muniz Ferreira – Bahia

ANEXO IX  
**MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS**  
**PROPOSTA DE PREÇOS**

<b>LICITANTE:</b>		
<b>END. COMERCIAL:</b>		<b>UF:</b>
<b>CEP:</b>	<b>FONE/FAX:</b>	<b>CONTATO:</b>
<b>INSC. ESTADUAL:</b>	<b>CNPJ:</b>	
<b>VALIDADE DA PROPOSTA:</b>	<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>	
<b>DADOS BANCÁRIOS:</b>		
<b>OBJETO:</b>		

**PLANILHA DE QUANTATIVOS E PROPOSTA DE PREÇOS**

Item	Discriminação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	MARCA MODELO
	[O Licitante deve preencher a Proposta conforme discriminação, unidade e quantidade para o item e que ofertar preço, de acordo com o Termo de Referência – Anexo I] O erro na discriminação ensejará a desclassificação.					
:						
<b>VALOR DO ITEM (POR EXTENSO):</b>						

**Valor Total da Proposta<sup>2</sup>:**

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para o fornecimento/execução do serviço do objeto, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 10.520/02, da Lei nº 8.666/93, e às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2021.

**RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE

**Observações:** A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.

<sup>2</sup> O Valor Total da Proposta corresponde a soma de todos os itens para os quais o licitante ofertar proposta.